



Grupo de Trabalho (GT2 – Políticas Públicas, Desenvolvimento e Turismo Rural)
**A relação entre turismo rural e desenvolvimento sustentável: a perceção da
população residente na Península de Setúbal**

Maria Teresa Gomes Valente da Costa

Professora Doutora no Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal, (teresa.costa@esce.ips.pt)

Pedro Miguel Lopes Mares

Assistente Convidado no Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Ciências Empresariais, do Instituto Politécnico de Setúbal, (pedro.mares@esce.ips.pt)

Resumo:

O contributo do turismo rural para a economia em geral e em particular para as economias locais parece ser já inquestionável. Esta evidência é apresentada em vários estudos presentes na literatura e reforçada por um conjunto de organismos oficiais.

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o reconhecimento, por parte da população residente, da importância do turismo rural para o desenvolvimento sustentável da Península de Setúbal. Especificamente, o estudo pretende compreender a perceção da população no que concerne aos impactos desta atividade, assim como avaliar se os fatores idade, género, nível de educação e residência na região têm influência sobre uma perceção mais positiva ou negativa relativamente aos impactos do turismo rural no desenvolvimento desta península.

Propõe-se uma pesquisa exploratória, desenvolvida através de um estudo de campo suportado numa análise quantitativa e qualitativa, como forma de analisar e validar as relações formuladas nos objetivos deste estudo.

Os resultados do estudo indiciam um elevado otimismo dos inquiridos relativamente ao impacto do turismo rural para o desenvolvimento da região, tendo sido verificada uma influência muito reduzida dos fatores sociodemográficos para a explicação das perceções dos residentes.

Palavras-chave: Turismo no meio rural, desenvolvimento sustentável, impactos ambientais, impactos socioambientais, desenvolvimento económico.

Introdução

O entendimento do turismo rural como uma atividade promotora do desenvolvimento geral da economia e muito particularmente das economias locais (Murphy, 1997; Cooper, Fletcher, Wanhill, & Shepherd, 2001; Myer-Cech, 2005; Costa, 2005; Baoren, 2011; Yasuo & Shinichi, 2013) parece ser consensual. Vários estudos presentes na literatura referem esta evidência, que é também entendida e enfatizada por um conjunto de organismos oficiais



(Comissão Europeia, 2003; 2006; PENT, 2006; 2011). Os termos, desenvolvimento local e turismo têm sido integrados em várias áreas da política, nomeadamente, no que respeita ao planeamento territorial, às políticas de emprego, às políticas sociais, económicas, entre outras.

A pesquisa sobre o envolvimento dos residentes locais no desenvolvimento do turismo é rica (Lankford & Howard, 1994; Akis, Peristianis & Warner, 1996; Hernandez, Cohen & Garcia, 1997; Park & Kerstetter, 2002; Park, Yoon & Lee, 2007; Kim & Ko, 2008; Yoon & Park, 2008). Esta vasta pesquisa tem sido desenvolvida devido ao papel importante dos residentes locais no suporte, promoção e sucesso do desenvolvimento do turismo.

Estando esta relação comprovada cientificamente, a justificação deste estudo prende-se com o reconhecimento da importância, da análise e compreensão da perceção da população residente da Península de Setúbal relativamente ao papel do turismo rural no desenvolvimento desta região. Poder-se-á, deste modo, ponderar sobre possíveis constrangimentos e ameaças, para, posteriormente, delinear-se possíveis estratégias e ações que possam contribuir para uma melhor compreensão e acolhimento desta atividade pela população residente.

Este estudo tem como objetivo geral, avaliar o reconhecimento, por parte da população residente, da importância do turismo rural para o desenvolvimento sustentável da Península de Setúbal. Especificamente, o estudo procura compreender a perceção, por parte desta população, dos impactos decorrentes do turismo rural e a influência de um conjunto de fatores – idade, género, nível de educação e residência na região – na perceção dos impactos do turismo rural no desenvolvimento desta região.

Organizado em duas partes, o estudo recorre, numa primeira parte, a uma revisão de literatura para o enquadramento teórico do tema, no que concerne ao turismo rural e desenvolvimento e fatores que influenciam a perceção dos impactos desta modalidade de turismo e numa segunda parte, a uma pesquisa exploratória, desenvolvida através de um estudo de campo suportado numa análise quantitativa e qualitativa.

Por último são apresentados e discutidos os resultados do estudo, suas conclusões e possíveis desenvolvimentos da temática em estudos futuros.

Parte 1. Revisão de literatura



1.1. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Uma relação virtuosa?

Em 1987, o Relatório de Brundtland apresenta um novo conceito de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável, focado na satisfação não somente das necessidades atuais mas também futuras, referenciando a relevância dos aspetos relacionados com os recursos e o desenvolvimento humano e valorizando a dimensão económica, social e ambiental.

Esta nova conceção de desenvolvimento gera o desenvolvimento local, entendendo-se como desenvolvimento local, o esforço de desenvolvimento que tem uma visão integrada dos problemas de uma determinada região, considerando a melhoria das condições de vida da população. Este tipo de desenvolvimento assenta na valorização dos recursos locais disponíveis, no reforço das capacidades da população, na capacidade de atração de pessoas de outras zonas e culturas, na intensificação das relações de cooperação entre vários *stakeholders*, na criação de estratégias de ação, que permitam, de forma participada, melhorar as condições de vida da população e ainda, na criação de redes que possam promover estratégias de desenvolvimento entre pessoas e territórios (Esdime, 1997).

Atualmente parece ser consensual que o turismo rural, quando devidamente estruturado, constitui uma atividade importante para o desenvolvimento económico e social do país, com impactos muito positivos ao nível do desenvolvimento local.

De um modo geral, na União Europeia (EU) as políticas de desenvolvimento rural têm assumido um papel cada vez mais importante, no que concerne ao desenvolvimento sustentável das zonas rurais. O apoio ao turismo rural, por parte da EU, tem vindo a aumentar gradualmente, nomeadamente através da Política Regional, da Política Agrícola Comum (PAC) e das Iniciativas Comunitárias LEADER.

Em Portugal, nos últimos anos, tem-se desenvolvido um conjunto de políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento rural que procuram promover o setor do turismo, e, simultaneamente, combater os efeitos negativos da desruralização do país, procurando garantir o desenvolvimento sustentável das zonas rurais, tendo em conta os recursos endógenos destas regiões. Deste modo, o aproveitamento do potencial agrícola das regiões, a preservação e o reconhecimento da riqueza dos recursos naturais, culturais, históricos e paisagísticos, podem ser fatores que desenvolvimento e competitividade relevantes (Silva, 2007, Fons, Ferro & Patino, 2011; Park; Lee; Choi & Yoon, 2012).



O desenvolvimento do turismo rural constitui para as regiões mais interiores ou periféricas e mais deprimidas, uma oportunidade de criação de empregos, revitalização da economia local e conseqüente desenvolvimento de serviços complementares à atividade, tais como, o comércio tradicional, o artesanato ou a gastronomia.

Vários autores confirmam o papel determinante do turismo na reabilitação e sobrevivência de pequenas e médias explorações, principalmente nas zonas do interior, mais desfavorecidas, constituindo-se como um importante instrumento de fixação da população nas regiões de menor densidade e de desenvolvimento local (McGehee & Andereck, 2004; Reeder & Brown, 2005; Fons et al., 2011).

1.2. População local: um stakeholder determinante

O turismo está geralmente associado a uma probabilidade intrínseca de destruição do meio ambiente, e desgaste dos recursos (Kousis, 2000), e conflitos de interesse entre vários stakeholders envolvidos nesta atividade (Kuvan & Akan, 2005). Vários autores têm enfatizado a necessidade de se gerir o conflito de interesses entre as várias partes interessadas e a importância do capital social no que concerne a esta questão (Belsky, 1999; Johannesson, Skaptadottir & Benediktsson, 2003; Jones, 2005; Kim & Ko, 2008; Park et al., 2007; Zhao, Ritchie & Echtner.,2011; Park, et al. 2012).

Alguns modelos de desenvolvimento de turismo rural focaram-se essencialmente nas expectativas dos interesses dos vários stakeholders, nomeadamente no envolvimento e colaboração da população e sua reação relativamente aos vários benefícios provenientes da atividade do turismo (Lankford & Howard, 1994; Akis et al., 1996; Hernandez et al., 1997; Park & Kerstetter, 2002; Park et al., 2007; Kim & Ko, 2008; Yoon & Park, 2008; Park et al. 2012).

Outros estudos focaram-se essencialmente nos benefícios económicos do turismo para a população (Fredline & Faulkner, 2000; Wait, 2003; Kim & Petrick, 2005), fazendo referência ao desenvolvimento económico nas comunidades em consequência do aumento das receitas provenientes dos impostos, ou à criação de postos de trabalho. Também o contributo do turismo para a criação e potenciamento de investimentos e conseqüente aumento da atividade comercial é apontada por Ritche (1984) como um benefício relevante para as comunidades recetoras. Já Sebastian e Rajagopalan (2009) consideram o turismo um instrumento que possibilita a melhoria das condições de vida dos residentes,



nomeadamente, através do desenvolvimento de infraestruturas e serviços, que servem não só turistas mas também estes residentes (Sharma, Dyer, Carter & Gursoy, 2008; Andereck, Valentine, Knopf & Vogt, 2005). Ritchie (1984) e Hall (1992) identificaram outros impactos positivos associados ao turismo, tais como, o fortalecimento da identidade da comunidade, da tradição e valores e o aumento da participação da comunidade. Finalmente, Stein e Anderson (1999) evidenciaram o contributo do turismo no que concerne à coesão social, maior partilha de ideias e aumento do conhecimento relativamente à cultura das regiões.

Os impactos negativos têm também sido alvo de estudo por parte de um conjunto de autores. Para Korca (1998), o aumento do custo dos imóveis (terrenos e casas) foi o principal impacto negativo do turismo em Antalya, na Turquia. Também Brida, Osti e Faccioli (2011) chegaram à mesma conclusão sobre o impacto do turismo a este nível na comunidade de Folgaria em Itália. Diagne (2004) analisaram, a rutura da estrutura social, originada pelo turismo em Petite Cote, no Senegal, onde ocorreu a substituição, da posição dominante na sociedade, dos anciãos líderes masculinos por jovens empreendedores com recursos financeiros que passaram a ter um papel de decisão no processo de tomada de decisão dos assuntos comunitários. Outros estudos referem a desagregação de códigos de conduta e costumes, de prostituição, alcoolismo e outras atividades imorais, onde frequentemente as crianças e os jovens são grupos de grande vulnerabilidade (Sebastian & Rajagopalan, 2009).

1.3. Determinantes que podem influenciar a perceção dos residentes relativamente aos impactos do turismo

A literatura é também rica relativamente aos fatores que podem conciliar a perceção dos residentes no que respeita aos impactos do turismo para as comunidades recetoras.

Alguns estudos revelam que as expectativas relativamente aos benefícios económicos do turismo têm um efeito positivo na avaliação dos impactos. Parece existirem evidências que os residentes que recebem maiores retornos económicos da atividade turística, através da criação de emprego e outras oportunidades, têm tendência para valorizarem mais esta atividade e terem uma perceção mais positiva sobre os benefícios do turismo (Perdue, Long & Allen, 1990; Akis et al., 1996). Outros autores analisaram a influência de alguns fatores sociodemográficos da população residente relativamente aos impactos do turismo para o desenvolvimento da região (Mason & Cheyne, 2000; Tomljenovic & Faulkner, 2000;



Canosa, Brown & Bassan, 2001; Teye, Sonmez & Sirakaya, 2002). A idade parece influenciar a percepção destes impactos, e de acordo com Haralambopoulos e Pizam (1996) os jovens residentes tendem a ter uma percepção mais positiva sobre os impactos desta atividade, comparativamente com os mais velhos. Também relativamente ao género, Harill e Potts (2003) concluíram que as mulheres têm uma percepção mais negativa sobre os impactos do turismo do que os homens. Outros estudos analisaram a influência do nível de educação sobre esta percepção. Para Haralambopoulos e Pizam (1996) a população com um nível de educação mais elevado tem uma percepção mais positiva sobre os impactos do turismo.

No entanto estas evidências não foram corroboradas por outros autores. Sharma e Dyer (2009), no estudo que levaram a cabo, onde consideram os fatores idade, género e nível de educação, concluíram que os mesmos não tinham influência na percepção dos residentes relativamente aos impactos do turismo. Também, Akyeampong (2011) não encontrou qualquer relação entre o género e a percepção dos residentes sobre os impactos do turismo. Finalmente, outros estudos foram pouco conclusivos, uma vez que detetaram uma influência muito reduzida dos fatores sociodemográficos no que se refere à explicação das percepções dos residentes (Liu & Var, 1986; Perdue et al., 1990; Mensah, 2012).

Parte 2. Estudo Empírico

2.1. Metodologia

O estudo empírico encerra duas partes, uma primeira onde é feita uma breve caracterização da Península de Setúbal, com enfoque nos aspetos relacionados com o turismo, e numa segunda parte uma pesquisa exploratória. Esta pesquisa exploratória desenvolvida através de um estudo de campo suportado numa análise quantitativa e qualitativa, pretende compreender a percepção dos inquiridos no que concerne aos impactos do turismo rural na península, assim como analisar e validar as relações formuladas nos objetivos deste estudo, ou seja, avaliar se os fatores idade, género, nível de educação e residência na região têm influência sobre uma percepção mais positiva ou negativa relativamente aos impactos do turismo rural no desenvolvimento desta península.

De acordo com Saunders, Lewis e Thornhill, (2012), um estudo exploratório particularmente útil para a compreensão de um determinado problema, no caso de existir incerteza em relação à sua natureza.



2.1.1. Seleção da amostra

O presente estudo incidiu sobre a população residente na Península de Setúbal através de uma amostragem de conveniência.

Foi obtida uma amostra de 109 respondentes, dos quais foram eliminados 5 por não responderem a parte ou à totalidade das questões. Para efeitos de análise estatística foram apenas consideradas as respostas válidas. Deste modo, a amostra final foi composta por 104 questionários válidos.

2.1.2. Instrumento de recolha de informação

A recolha dos dados foi feita através da aplicação de um questionário aplicado a uma amostra da população residente na Península de Setúbal, utilizando-se a técnica de amostragem de conveniência. Os questionários foram aplicados no mês de Fevereiro, obtendo-se, como foi referido anteriormente, um total de 104 questionários válidos.

A aplicação deste questionário teve como objetivo analisar e validar as relações formuladas nos objetivos deste estudo. Deste modo, o questionário foi estruturado em dois tópicos principais:

1. Caracterização dos inquiridos;
2. Perceções sobre os impactos do turismo rural;

Na primeira parte do questionário pretendeu-se fazer um levantamento das características sociodemográficas do inquirido, nomeadamente, a idade, género, habilitações académicas e local de residência.

Na segunda parte, procurou-se avaliar a perceção dos inquiridos sobre os impactos positivos e negativos do turismo rural no desenvolvimento da Península de Setúbal e identificar as principais vantagens e desvantagens nas dimensões económica, social e ambiental. Esta parte do questionário incluiu dois itens medidos por escalas de Likert de 5 pontos e dois itens de resposta aberta.

Após a recolha dos dados procedeu-se ao tratamento estatístico através da utilização dos programas de *software* SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) e EXCEL.



2.2. Caracterização genérica do turismo na Península de Setúbal

A Península de Setúbal está inserida na Região de Turismo de Lisboa e é particularmente valorizada por dois estuários, o estuário do Tejo e o estuário do Sado, assim como por um conjunto de planícies, serras e praias. A esta região é atribuído um grande destaque aos seus valores naturais, aos quais se pretende associar aspetos culturais e de lazer que potenciem a sua atratividade. O turismo surge pois como uma atividade que ganha cada vez mais uma importância crescente na região.

O território em estudo apresenta ainda, para além de uma interessante oferta primária ou original (clima, paisagem, natureza, recursos naturais, património, história, cultura, tradições, etc.), boas infraestruturas básicas e uma oferta derivada ou construída razoável.

Com uma oferta bastante diversificada e de qualidade em alojamento (ver Tabela 1 e 2) e serviços complementares, nomeadamente na restauração, este território beneficia ainda da proximidade de dois centros urbanos importantes e usufrui de um conjunto de infraestruturas relevantes com particular destaque para as acessibilidades, que em muito contribui para a atratividade da região.

Em 2012, existiam 6081 camas, nos estabelecimentos hoteleiros na Península de Setúbal, estando mais de 50% concentradas nos dois centros urbanos de Setúbal e Almada. Relativamente aos restantes concelhos destacam-se os concelhos de Sesimbra e Palmela com uma capacidade de 964 e 909 camas, respetivamente. No que concerne ao número de camas, durante o período de 2009 a 2012, registou-se uma evolução positiva, com um crescimento de 17,6%, tendo sido o crescimento entre 2009 e 2010 particularmente acentuado (cerca de 19%). Também no que se refere às dormidas no período de 2009-2012, a evolução foi positiva, tendo-se registado um crescimento de cerca de 9,5%, com crescimentos sucessivos anuais.

Tabela 1 – Descrição do alojamento disponível na Península de Setúbal nos dois centros urbanos de Setúbal e Almada (2014)

Concelho	Nome
Almada	Hotéis
	**** Lisboa Almada Hotel
	**** Hotel Costa da Caparica
	** Hotel Praia do Sol Residencial
	** Hotel Real
	Aparthotéis
	**** Hotel Apartamento Meliá Aldeia dos Capuchos
	Pensões
	Residencial Aroeira
	Residencial Copacabana 3ª
	Residencial Mar e Sol 3ª
	Turismo no Espaço Rural
	Quinta de Vale de Mourelos (TH)
Setúbal	Pousadas
	Pousada de S. Filipe
	Hotéis
	**** Hotel Premium Setúbal
	**** Hotel do Sado
	**** Luna Esperança Centro Hotel
	**** Novotel Setúbal
	*** Hotel Solaris
	*** Hotel Isidro
	*** Hotel Laitau
	*** Hotel Aranguês
	** Hotel Bocage
	** Hotel Campanile Setúbal
	** Hotel Ibis
	** Hotel Mar e Sol
	Turismo no Espaço Rural
	Há Mar ao Luar (TR)
	Casa d'Adôa
	Hotel Clube d' Azeitão (HR)
	Quinta do Patrício (TH)
	Quinta da Arrábida (TH)
	Quinta da Piedade (TR)
	Quinta de Santo Amaro (AT)

Fonte: ERT

Tabela 2 – Descrição do alojamento disponível na Península de Setúbal com exceção dos concelhos de Setúbal e Almada, referente ao ano de 2014



Concelho	Nome
Alcochete	Hotéis
	*** Hotel Al Foz Residencial
	Turismo no Espaço Rural
	Quinta da Praia das Fontes
Montijo	Hotéis
	*** Tryp Montijo Park Hotel
	* Hotel Havaneza
	Turismo no Espaço Rural
	Monte da Charca - Casa de Campo
	Herdade do Moinho Novo - Agro-turismo
	Albergarias
**** Albergaria Mala Posta	
Palmela	Pousadas
	Pousada do Castelo de Palmela
	**** Montado Hotel & Golf Resort
	Hotéis
	** Hotel Varanda Azul
	Aldeamentos Turísticos
	*** F Palmela - Aldeamento Turístico de Palmela
	Apartamentos Turísticos
	*** Apartamentos Turísticos Amazónia Palmela
	Turismo no Espaço Rural
	Palácio de Rio Frio (TH)
Quinta do Chaparro (TR)	
Quinta da Escudeira	
Seixal	Hotéis
	**** Evidência Belverde Hotel
Sesimbra	Hotéis
	**** Hotel do Mar
	**** Hotel dos Zimbros
	**** Sana Sesimbra Hotel
	**** Sesimbra Hotel e Spa
	Turismo no Espaço Rural
*** Hotel Rural Quinta do Rio	

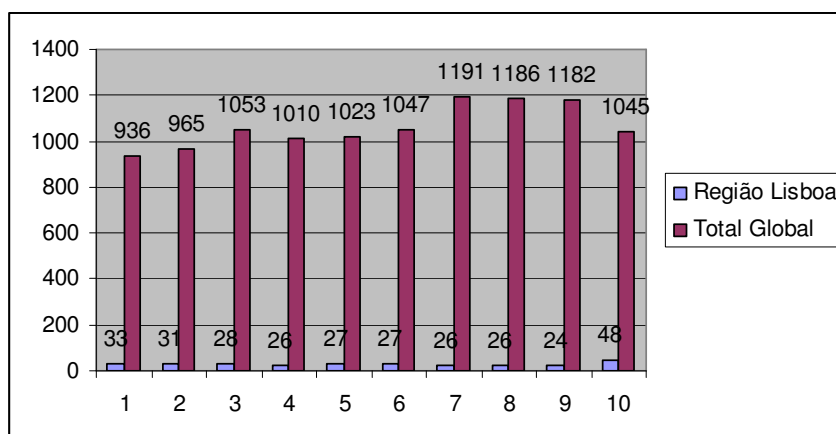
Fonte: ERT

Tem-se verificado uma evolução muito positiva da oferta em turismo em espaço rural na região de Lisboa onde se insere a Península de Setúbal (ver Figura 1), sendo a taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos de turismo em espaço rural e turismo de habitação, nesta região (ver Figura 2), a segunda com melhor desempenho a nível nacional (25,9%),



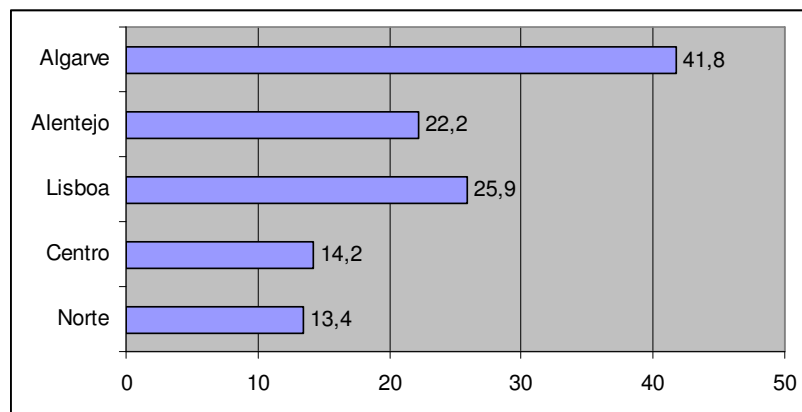
comparativamente com as taxas das restantes regiões de Portugal Continental (13,4%, 14,2%, 22,2%, 41,8% na região Norte, Centro, Alentejo e Algarve respetivamente).

Figura 1 – Estabelecimentos de Turismo de Habitação e do Turismo no Espaço Rural, por NUTS II (número)



Fonte INE (2013)

Figura 2 – Taxa de ocupação-Cama nos Estabelecimentos de TH e TER, por NUTS II



Fonte INE (2013)

Na Península de Setúbal a oferta de alojamento em turismo em espaço rural é significativa comparativamente com a oferta das restantes tipologias, designadamente hotéis, pensões, albergarias, pousadas, aldeamentos e apartamentos. Nos dois centros urbanos de Setúbal e Almada a oferta de alojamento em turismo em espaço rural e turismo



de habitação representa 28% da oferta global, e, no conjunto dos restantes concelhos, esta oferta representa 33% da oferta global.

Estando a Península de Setúbal, enquadrada por diversas áreas naturais (Estuário do Tejo, Estuário do Sado, Serra da Arrábida, Lagoa de Albufeira), corredores ecológicos (entre Canha e Marateca, estendendo-se na direção de Sesimbra) constitui-se como região de excelência para o desenvolvimento do turismo de natureza, onde se destaca a observação dos golfinhos e das aves. Esta região, que inclui uma área rural interessante, apresenta um elevado potencial agrícola e florestal (com destaque para os concelhos do Montijo e Palmela), com condições interessantes para o desenvolvimento da modalidade do turismo em espaço rural e de habitação.

Um pouco por todos os concelhos da península existe um número considerável de empresas de animação turística. Num total de 123 empresas, 64% destas desenvolvem atividade de animação relacionadas com a água, 18% com atividades ligadas ao ar livre, natureza e ambiente e 18% promovem eventos ligados à cultura, incluindo tours paisagísticos e culturais.

A região é ainda muito rica em termos de oferta gastronómica e enológica e tem evidenciado nos últimos anos uma dinâmica significativa na promoção desta oferta. Desde 2012 que ocorre na região um conjunto de festivais gastronómicos, entre eles, sete quinzenas e duas semanas temáticas onde participam mais de 40 restaurantes da região. Estes festivais promovem várias espécies piscícolas da zona marítima de Setúbal, designadamente, o choco, a sardinha, o salmonete, a ostra, o carapau manteiga, o marisco, o alcorraz e a cavala.

Os vinhos são outra riqueza da região. A sua elevada qualidade e diversidade é assinalável, sendo de destacar o vinho Moscatel, um dos três principais vinhos generosos de Portugal. Na região ocorrem vários eventos promovidos por mais de 40 produtores que contribuem para desenvolver o enoturismo, destacando-se alguns produtores de referência nacional, como José Maria da Fonseca, Bacalhôa Vinhos de Portugal, Ermelinda Freitas e Adega de Pegões.

Grande parte da procura turística por parte de estrangeiros na Península de Setúbal tem origem nos mercados de Espanha, Alemanha, Reino Unido, França, Holanda e Itália.

2.3. Pesquisa exploratória: estudo de campo



Nesta segunda parte do estudo empírico, e após uma caracterização do perfil sociodemográfico, analisou-se as perceções dos inquiridos em relação aos impactos do turismo rural, e respetivas vantagens e desvantagens desta atividade para o desenvolvimento da Península de Setúbal. Por fim, analisou-se a relação entre o perfil dos inquiridos e as suas perceções sobre o papel do turismo rural na Península de Setúbal.

2.3.1. Perfil Sociodemográfico

Quanto à composição da amostra, em relação ao género verifica-se um equilíbrio na amostra, composta por 51,9% de inquiridos do género masculino e 48,1% do género feminino. No que diz respeito à idade dos inquiridos, verifica-se que a maioria dos mesmos se encontra no escalão de idades inferior a 24 anos.

Em termos de grau de instrução, verifica-se que a maioria dos inquiridos (80,8%) possui o ensino secundário.

Tabela 3 – Caracterização sociodemográfica dos inquiridos

Variáveis	n	%
Género		
Feminino	50	48,1
Masculino	54	51,9
Idade (anos)		
< 24	54	51,9
25-34	24	23,1
35-44	18	17,3
45-54	6	5,8
55-64	2	1,9
> 65	0	0
Grau de instrução		
3.º Ciclo ou inferior	1	1,0
Secundário	84	80,8
Ensino Superior	17	16,3
NR	2	1,9

A respeito do local de residência, observou-se que a maioria dos inquiridos (91,3%) afirmou residir na Península de Setúbal, sendo os concelhos de Setúbal, Palmela, Moita e Seixal a terem uma maior representação (ver Tabela 4)

Tabela 4 – Local de residência dos inquiridos

Variáveis	n	%
-----------	---	---



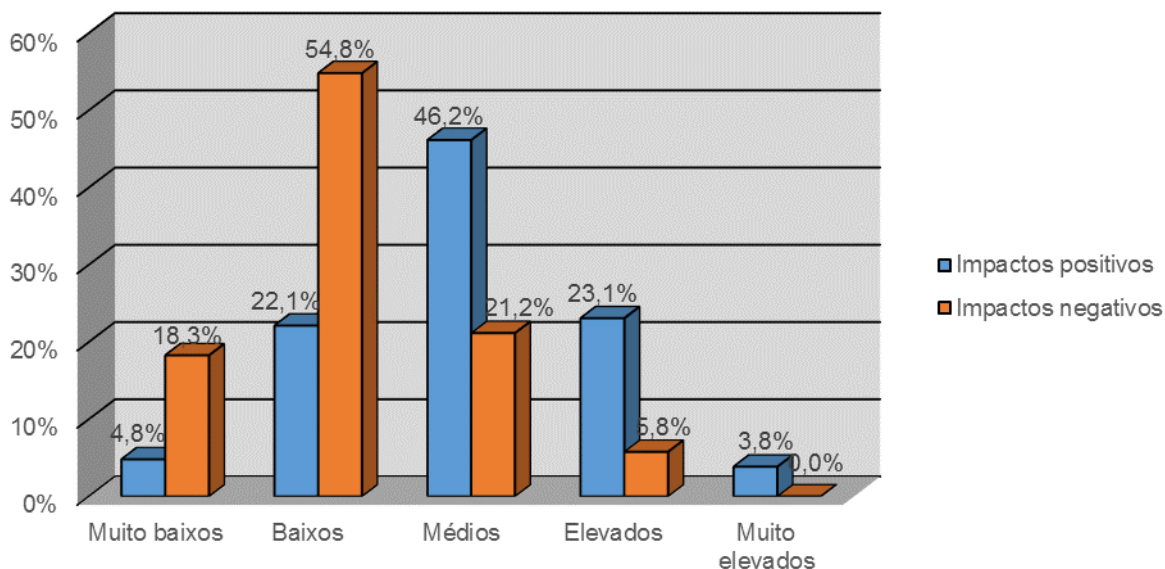
Reside na Península de Setúbal		
Sim	95	91,3
Não	9	8,7
Local de residência na Península de Setúbal		
Alcochete	1	1,0
Almada	6	6,3
Barreiro	7	7,4
Moita	12	12,6
Montijo	4	4,2
Palmela	14	14,7
Seixal	11	11,6
Sesimbra	6	6,3
Setúbal	34	35,8

2.3.2. Perceções dos inquiridos em relação ao turismo rural

No que diz respeito às perceções relativas ao turismo, procurou-se analisar qual o nível de impacto que o turismo rural tem no desenvolvimento da região em estudo. Em termos de impactos positivos, os dados indicam que cerca de 46,2% dos inquiridos considera que o turismo rural tem um impacto médio no desenvolvimento da península, 26,9% refere que os impactos positivos são elevados/muito elevados, enquanto que 26,9% considera que os impactos positivos são baixos/muito baixos (ver Figura 3).

Relativamente aos impactos negativos, verifica-se que a maioria dos inquiridos (73,1%) considera que os impactos negativos que o turismo rural tem no desenvolvimento da Península de Setúbal são baixos/muito baixos.

Figura 3 – Impactos do turismo rural no desenvolvimento da Península de Setúbal



2.3.3. Principais vantagens e desvantagens do turismo rural para o desenvolvimento da Península de Setúbal

Com o objetivo de se analisar quais são, na opinião dos inquiridos, as principais vantagens e desvantagens do turismo rural para o desenvolvimento da Península de Setúbal, e assim aprofundar e validar o conhecimento dos inquiridos relativamente aos possíveis impactos desta atividade na região em estudo, solicitou-se aos mesmos que indicassem uma vantagem e uma desvantagem para cada uma das dimensões apresentadas (económica, social e ambiental) (ver Figura 4, 5 e 6).

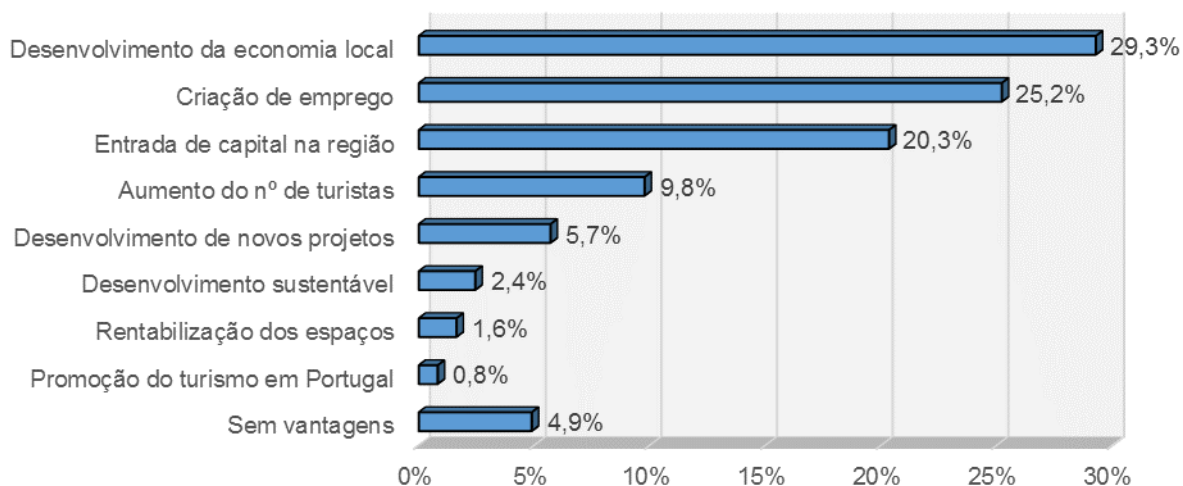
2.3.3.1. Vantagens

Dos inquiridos que responderam à questão, as vantagens económicas que reúnem um maior número de respostas dizem respeito ao desenvolvimento da economia local (29,3%), à criação de emprego (25,2%) e à entrada de capital na região (20,3%).

Outra vantagem também destacada pelos inquiridos incidiu sobre o facto da aposta no turismo rural na Península de Setúbal contribuir para o aumento de turistas.

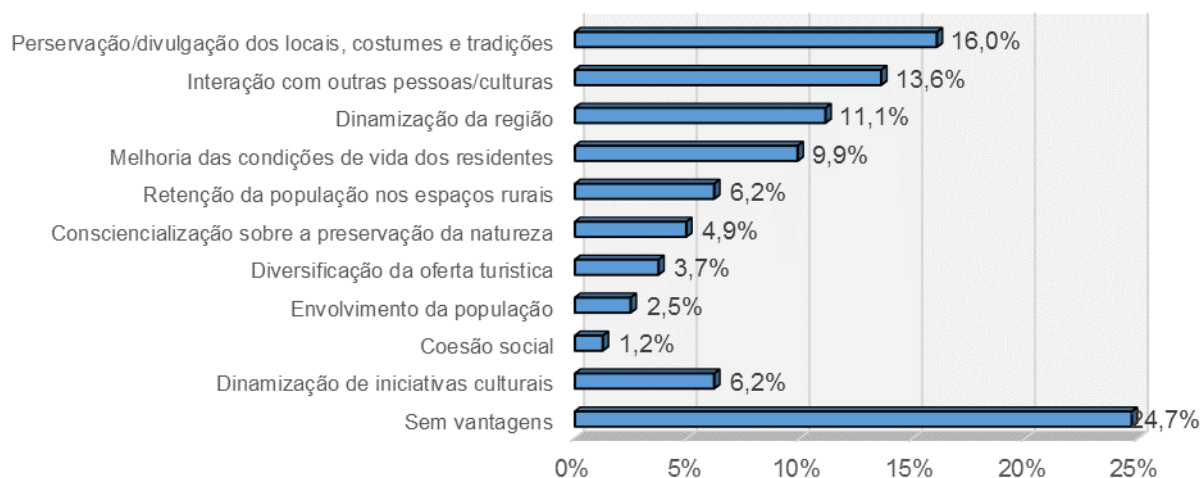
Por outro lado, deve-se salientar o facto de cerca de 4,9% dos inquiridos considerar que o turismo rural não traz nenhuma vantagem económica para o desenvolvimento da península.

Figura 4 – Vantagens económicas



Em relação às vantagens sociais, o aspeto mais mencionado pelos inquiridos refere-se à preservação e divulgação dos locais, dos costumes e tradições da região, seguindo-se a interação com outras pessoas e culturas e a dinamização da região. Salienta-se que cerca de 24,7% dos inquiridos não vislumbra qualquer vantagem social do turismo rural para o desenvolvimento da península.

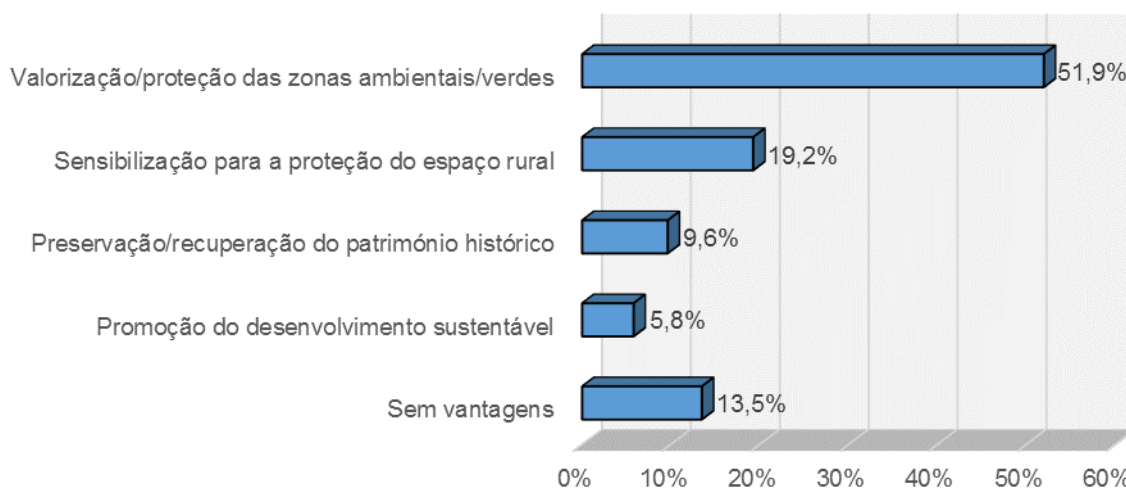
Figura 5 – Vantagens sociais





No que diz respeito às vantagens ambientais que o turismo rural pode proporcionar ao desenvolvimento da Península de Setúbal, verificou-se que na opinião dos inquiridos os principais contributos incidem sobre a valorização e proteção das zonas verdes e a promoção de uma maior sensibilização para a proteção do espaço rural.

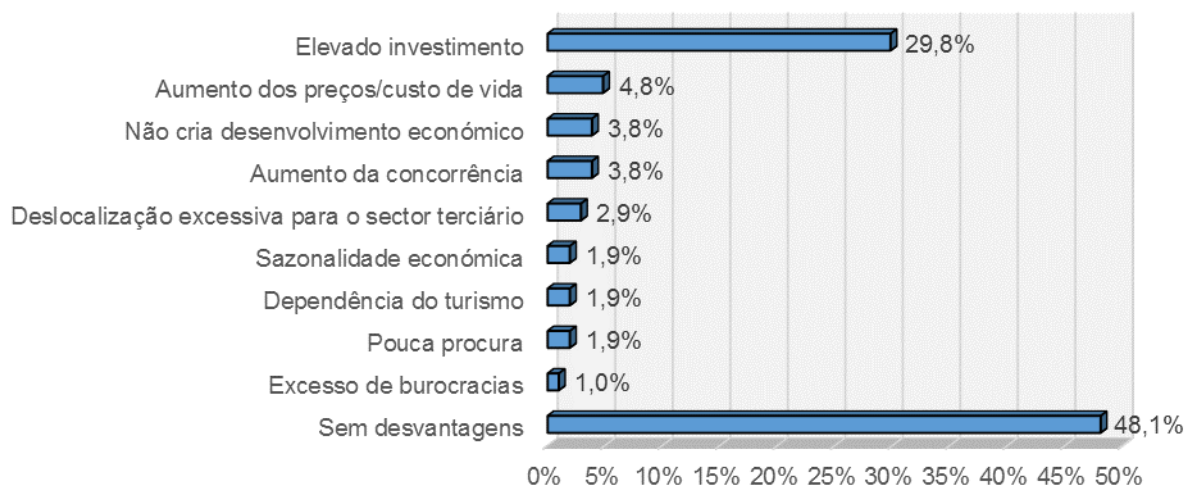
Figura 6 – Vantagens ambientais



2.3.3.2. Desvantagens

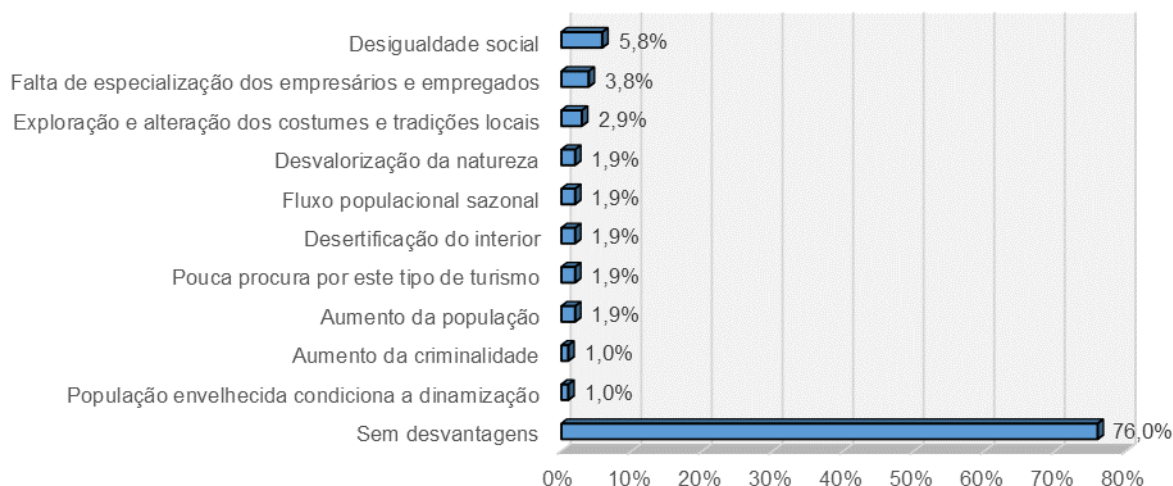
No que diz respeito às desvantagens económicas do turismo rural, como se pode observar na figura 5, a principal desvantagem mencionada pelos inquiridos refere-se ao elevado investimento necessário para a criação de um empreendimento de turismo rural. Por outro lado, os resultados obtidos permitem concluir que existe uma percentagem relevante de inquiridos que considera que o turismo rural não apresenta desvantagens económicas (ver Figura 7, 8 e 9).

Figura 7 – Desvantagens económicas



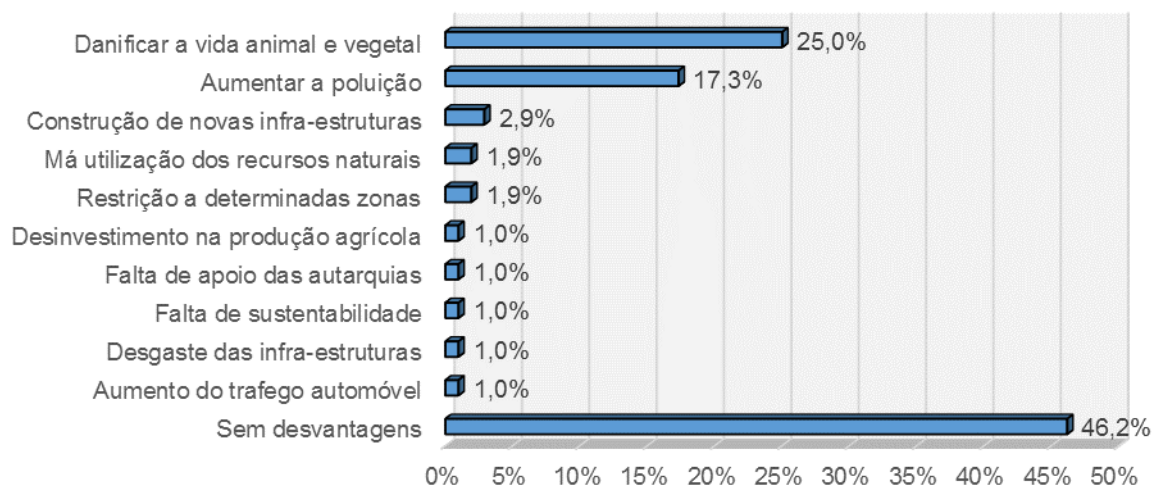
Relativamente às desvantagens sociais que o turismo rural pode ter para o desenvolvimento da Península de Setúbal, deve-se salientar em primeiro lugar que mais de três quartos dos inquiridos não vislumbra nenhuma desvantagem (ver figura 6). Sendo que dos inquiridos que responderam à questão, as desvantagens com maior número de respostas incidiram sobre o aumento da desigualdade social (5,8%), ao facto dos empresários e empregados não possuírem a formação necessária para este tipo de negócio (3,8%) e, em terceiro lugar, poderá contribuir para a alteração dos costumes e tradições locais (2,9%).

Figura 8 – Desvantagens sociais



Ainda a respeito das desvantagens do turismo rural para o desenvolvimento da península, no que diz respeito à dimensão ambiental, as principais desvantagens mencionadas pelos inquiridos referem-se ao facto do turismo rural poder contribuir para um aumento da destruição da vida animal e vegetal (25%) e ao aumento da poluição (17,3%). Tal como se verificou nas outras dimensões analisadas, uma percentagem considerável dos inquiridos considera não existirem desvantagens do turismo rural no ambiente.

Figura 9 – Desvantagens ambientais





Estes resultados corroboram os vários estudos levados a cabo e apresentados na revisão de literatura que referem o papel determinante do turismo rural no desenvolvimento da região, quer em termos, económicos, quer em termos sociais ou ambientais (Andereck et al., 2005; Fredline & Faulkner, 2000; Hall, 1992; Kim & Petrick, 2005; Wait, 2003; Ritche, 1984; Sharma et al., 2008; Sebastian & Rajagopalan, 2009; Stein & Anderson, 1999).

2.3.4. Relação entre o perfil dos inquiridos e as suas perceções sobre o papel do turismo rural na Península de Setúbal

De modo a avaliar a relação entre as características sociodemográficas e as perceções dos inquiridos sobre o impacto do turismo rural no desenvolvimento da Península de Setúbal, foi utilizado o coeficiente de Correlação de Spearman.

Através desta análise pode-se verificar que a variável “impactos positivos do turismo rural no desenvolvimento da península” correlaciona-se positivamente de forma fraca com a variável “género” (0,229; $P < 0,05$), demonstrando que os homens têm uma perceção mais positiva sobre os impactos do turismo rural no desenvolvimento da península, indo de encontro com as conclusões evidenciadas por Harill e Potts (2003). Por outro lado, não existe significância na relação entre a variável “impactos positivos do turismo rural no desenvolvimento da península” com as variáveis “idade”, “habilitações académicas” e “residência na Península de Setúbal”.

Em relação à variável “impactos negativos do turismo rural no desenvolvimento da península”, os resultados do teste de Spearman demonstram que não existe significância entre esta variável e as restantes variáveis analisadas (“idade”, “género”, “habilitações académicas” e “residência na Península de Setúbal”).

Estes resultados parecem ir ao encontro dos estudos pouco conclusivos, referidos na revisão de literatura e levados a cabo por Liu e Var (1986); Perdue et al. (1990) e Mensah (2012) que encontraram uma influência muito reduzida dos fatores sociodemográficos para a explicação das perceções dos residentes.

Tabela 5 – Correlação de Spearman: relação entre o perfil dos inquiridos e as suas perceções sobre os impactos do turismo rural



			Impactos positivos do TR no desenvolvimento da península	Impactos negativos do TR no desenvolvimento da península
Spearman's rho	Idade	Correlation Coefficient	-,044	-,032
		Sig. (2-tailed)	,659	,750
		N	104	104
	Género	Correlation Coefficient	,229*	,088
		Sig. (2-tailed)	,019	,375
		N	104	104
	Habilitações Académicas	Correlation Coefficient	,097	-,158
		Sig. (2-tailed)	,332	,112
		N	102	102
	Reside na Península de Setúbal?	Correlation Coefficient	,058	,093
		Sig. (2-tailed)	,557	,345
		N	104	104

*. Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**. Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

Conclusões

O estudo levado a cabo permite compreender as perceções da população residente na Península de Setúbal relativamente ao contributo do turismo rural para o desenvolvimento sustentável desta região, sendo notório o otimismo dos inquiridos relativamente a esta relação, que na sua grande maioria reconheceu impactos relevantes provenientes desta atividade.

Estes resultados permitem confirmar os vários estudos apresentados na revisão de literatura que reafirmam o papel determinante do turismo rural na economia local, na fixação da população à região, na reabilitação e sobrevivência de pequenas e médias explorações, no aproveitamento do potencial agrícola das regiões, sua preservação e valorização da riqueza dos recursos naturais, culturais e históricos.

As vantagens e desvantagens apresentadas pelos inquiridos apresentam coerência com a avaliação dos impactos do turismo rural no desenvolvimento da península em estudo, referidos anteriormente. Foi possível concluir que a população reconhece um conjunto de



vantagens económicas relevantes, a salientar, a criação de emprego, a entrada de capital na região e a melhoria da economia local de uma forma geral, assim como, um conjunto de vantagens sociais, nomeadamente a preservação da identidade cultural, a interação com outras pessoas e culturas diferentes e a dinamização da região e melhoria das condições de vida da população em geral, e ainda, de um conjunto de fatores ambientais muito concentrados na valorização e proteção das zonas ambientais e verdes. Apesar dos inquiridos considerarem irrelevantes as desvantagens decorrentes do turismo rural, e praticamente inexistentes, foram referidos de possível ocorrência, os danos no ambiente natural.

Os resultados deste estudo permitiram ainda perceber a existência de uma influência muito reduzida dos fatores sociodemográficos para a explicação das perceções dos residentes.

Finalmente este estudo permite compreender e reconhecer a importância deste stakeholder tão importante, como é a população residente, no que concerne à valorização e adesão à atividade do turismo rural e sua perceção do contributo desta atividade para o desenvolvimento sustentável da Península de Setúbal.

Dada a relevância desta atividade para a região pretende-se em futuros estudos aprofundar a investigação em torno deste tema, nomeadamente no que se refere a outras possíveis relações virtuosas entre turismo rural e empreendedorismo, e turismo rural e capital social.

Referências

Akis, S.; Peristianis, N.; Warner, J. (1996), Residents attitudes to tourism development: The case Cyprus, *Tourism Management*, 17(7), 481-404.

Akyeampong, O. A. (2011), Pro-poor tourism: residents' expectations, experiences and perceptions in the Kakum National Park Area of Ghana. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(2), 197-213.

Andereck, K. L.; Valentine, K. M.; Knoof, R. C.; Vogt, C. A. (2005), Residents' perceptions of community tourism impacts, *Annals of Tourism Research*, 32(4), 1056-1076.

Baoren, S. (2011), Rural tourism in China, *Tourism Management*, 2011, Vol.32(6), 1438-1441.



Belsky, J. (1999), Misrepresenting communities: the politics of community-based rural ecotourism in Gales Point Manatee, Belize, *Rural Sociology*, 64, 641-666.

Brida, J. G.; Osti, L.; Faccioli, M. (2011), Residents' perception and attitudes towards tourism impacts: A case study of the small rural community of Folgaria (Trentino-Italy, *Benchmarking: An International Journal*, 18(3), 359-385.

Canosa, A.; Brown, G.; Bassan, H. (2001), Examining social relations between adolescent residents and tourists in an Italian coastal resort. *Journal of Tourism Studies*, 12(1), 50-59.

Comissão Europeia (2006), "Uma política de turismo europeia renovada - Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa" COM(2006) 134 disponível em http://eur-lex.europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2006&nu_doc=134.

Comissão Europeia(2003), "Orientações de base para a sustentabilidade do turismo europeu" COM(2003)716 disponível em [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/com/com_com\(2003\)0716_/com_com\(2003\)0716_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/com/com_com(2003)0716_/com_com(2003)0716_pt.pdf).

Cooper, C.; Fletcher, J.; Wanhill S.; Shepherd, R. (2001), Turismo, princípios e práticas, 2ª edição, Porto Alegre, Bookman.

Costa, Teresa (2005), Turismo Sustentável - Uma Estratégia para o Desenvolvimento Local. Estudo de Caso no Concelho de Reguengos de Monsaraz, Lisboa, Universidade Lusíada.

Diagne, A. (2004), Tourism Development and its impacts in the Senegalese Petite Cote: A geographical case study in Centre-Periphery Relations, *Tourism Geographies*, 6(4), 472-492.

Esdime (1997), Políticas e pistas para o desenvolvimento local no Alentejo – desenvolver, desenvolvendo, Messejana: Esdime.

Fons, M. V.; Fierro, J. A. M.; Patino, M.G. (2011), Rural tourism: A sustainable alternative, *Applied Energy*, 88, 551–557.

Fredline, E.; Faulkner, B. (2000), Host community reactions: a cluster analysis, *Annals of Tourism Research*, 27(3), 763-784.

Hall, C. (1992), Hallmark Tourist Events: Impacts: Management and Planning, Chichester: John Wiley.



Haralambopoulos, N; Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism: The case of Samos, *Annals of Tourism Research*, 23(3), 503-526.

Harill, R.; Potts, T. D. (2003)., Tourism Planning in Historic Districts, *Journal of American Planning Association*, 3, 233-244.

Hernandez, S. A.; Cohen, J.; Garcia, H. L. (1996), Residents' attitudes towards an instant resort enclave, *Annals of Tourism Research*, 23(4), 755-779.

Johannesson, G. P., Skaptadottir, U. D., Benediktsson, K. (2003), Coping with social capital?: the cultural economy of tourism in the north, *Sociologia Ruralis*, 43(1), 3-16.

Jones, S. (2005), Community-based ecotourism: the significance of social capital,

Kim, H.; Ko, S. (2008), Development of social capital in rural tourism: perspectives of community leaders. *Journal of Tourism and Leisure Research*, 20(2), 29-49.

Kim, S. S.; Petrick, J. F. (2005), Residents' perceptions on impacts of the FIFA 2002 World Cup: The case of Seoul as a host city, *Tourism Management*, 26(5), 25-38.

Korca, P. (1998), Resident perceptions of tourism in a resort town, *Leisure Science*, 20(3), 193-212.

Kousis, M. (2000), Tourism and the environment, *Annals of Tourism Research*, 27(2), 468-489.

Kuvan, Y.; Akan, P. (2005), Residents' attitudes toward general and forest-related impacts of tourism: the case of Belek, Antalya, *Tourism Management*, 26, 691-706.

Lankford, S. V.; Howard, D. R. (1994). Developing a tourism impact attitude scale, *Annals of Tourism Research*, 21, 121-39.

Liu, J. C.; Var, T. (1986), Resident attitudes toward tourism impacts in Hawaii. *Annals of Tourism Research*, 13(2), 193-214.

Mason, P.; Cheyne, J. (2000). Residents' attitudes to proposed tourism development, *Annals of Tourism Research*, 27(2), 391-411.

McGehee, N.; Andereck, K. (2004), Factors predicting rural residents' support of tourism, *Journal of Travel Research*, 43, 131-140.

Mensah, C. (2012), Residents' Perception of Socio-economic Impacts of Tourism in Tafi Atome, Ghana, *Asian Social Science*; Vol. 8, No. 15, 274-289.

Meyer-Cech, K. (2005), Regional cooperation in rural theme trails, in D. Hall, I. Kirkpatrick and M. Mitchell (eds), *Rural Tourism and Sustainable Business*, Clevedon: Channel View, 137-148.



Ministério da Economia e da Inovação (2006), “Plano Estratégico Nacional do Turismo” disponível em www.dgturismo.pt (Janeiro/Fevereiro 2007).

Ministério da Economia e da Inovação (2011), “Plano Estratégico Nacional do Turismo Revisão do plano de desenvolvimento do turismo no horizonte de 2015”, disponível em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documentos/PENT%202012.pdf> (Junho 2013).

Murphy, P.E. (1997), “Tourism: A Community Approach”, 4th ed, International Business Press: Oxford.

Park, D., Yoon, Y. Lee, M. (2007). A multinomial logistic regression model on residents’ social capital in rural tourism villages in Korea, *Journal of Tourism and Leisure Research*, 19(4), 27-46.

Park, D.; Lee, K.; Choi, H; Yoon, Y. (2012), Factors influencing social capital in rural tourism communities in South Korea, *Tourism Management*, 33, 1511-1520.

Park, K. S.; Kerstetter, D. L. (2002), Social network approach in leisure and tourism ", *The Journal of Tourism and Cultural Research*, vol. 4, 1, 2002, p.349-371.

Perdue, R.; Long, P. T.; Allen, L. (1990). Resident support for tourism development, *Annals of Tourism Research*, vol. 17, 4, 1990, p.586-599.

Reeder, R.J.; D.M. Brown (2005), “Recreation, tourism and rural well-being”, Economic Research Service Report, (Washington: US Department of Agriculture).

Ritchie, J. (1984), Assessing the impact of hallmark events: conceptual and research issues, *Journal of Travel Research*, 23(1), 2-11.

Saunders, M., Lewis, P., Thornhill, A. (2012), *Research Methods for Business Students*, Pearson Education, 6ª Edição, 2012.

Sebastian, L. M.; Rajagopalan, P. (2009), Socio-cultural transformations through tourism: a comparison of residents’ perspectives at two destinations in Kerala, India, *Journal of Tourism and Cultural Change*, 7(1), 5-21.

Sharma, B.; Dyer, P.; Carter, J.; Gursoy, D. (2008), Exploring residents’ perceptions of the social impacts of tourism on the Sunshine Coast, Australia, *International Journal of Hospitality and Tourism Administration*, 9(3), 288-311.

Silva, L. (2007), Processos de mudança nos campos. O turismo em espaço rural. Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Departamento de Antropologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.



Stein, T.; Anderson, D. (1999), *Community Benefits Summary: Ithasca and Tettegouche State Parks*, Final Report. St. Paul MN: Department of Forest Resources, University of Minnesota.

Teye, V.; Sonmez, S. F.; Sirakaya, E. (2002), Residents' attitudes toward tourism development, *Annals of Tourism Research*, 29(3), 668-688.

Tomljenovic, R.; Faulkner, B. (2000), Tourism and World Peace: A Conundrum for the Twenty-first Century. In B. Faulkner, G. Moscardo, & E. Laws (Eds.), *Tourism in the Twenty-first Century*. London: Continuum.

Waitt, G. (2003), Social impacts of the Sydney Olympics. *Annals of Tourism Research*, 30(1), 194-215.

Yasuo, O., Shinichi, K. (2013), Evaluating the complementary relationship between local brand farm products and rural tourism: Evidence from Japan, *Tourism Management*, 35, 278-283.

Yoon, Y.; Park, D. (2008), An analysis of residents' social capital affecting perceived tourism development impacts in rural tourism villages, *Journal of Tourism Sciences*, 32(3), 193-211.

Zhao, W.; Ritchie, J.; Echtner, C. (2011), Social capital and tourism entrepreneurship, *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1570-1593.